

O petismo é um fenômeno de classe? Partidarismo e Clivagens Classistas no Brasil

Marcos Felipe Rodrigues de Sousa¹
Gustavo César de Macêdo Ribeiro²

268

Resumo: Este artigo objetiva compreender as bases sociais das preferências partidárias pelo Partido dos Trabalhadores (petismo) a partir da análise de classe. Baseados em pesquisas do Datafolha, produzimos uma tipologia composta por quatro grupamentos classistas – Empresários e Profissionais Liberais; Classe de Serviço; Classe Trabalhadora; Autônomos e Precários. Analisamos os percentuais de adesão ao petismo no interior de tais grupamentos durante o período 2002-2018. Em relação ao primeiro ano da série, os números declinaram entre todas as classes. Todavia, a adesão ao petismo foi relativamente menor entre Empresários e Profissionais Liberais e maior entre Trabalhadores e Autônomos e Precários. Igualmente, produzimos modelos de regressão logística que demonstraram a associação entre classe e petismo em 2002 e 2018. Assim, acrescentamos à literatura sobre petismo dados sobre adesão classista ao fenômeno, revelando as especificidades tanto das classes médias quanto das trabalhadoras.

Palavras-chaves: Partidarismo; Classes Sociais; PT; Petismo.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará (PPGDSTU/UFPA). Mestre em Ciência Política (PPGCP/UFPA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1545-1141>. E-mail: marcos.csociais@gmail.com.

² Professor Adjunto (UFPA). Doutor em Ciências Sociais (UFRN). Em estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6467-6558>. E-mail: gustavo.cmr@gmail.com.

1. Introdução

Dentre os atuais partidos brasileiros, o Partido dos Trabalhadores (PT) apresenta, desde a década de 1990, os maiores percentuais de preferência entre o eleitorado (CARREIRÃO; KINZO, 2004; BORGES; VIDIGAL, 2016; KRAUSE; LAMEIRÃO; PAIVA, 2016; SAMUELS, 2006; SAMUELS; ZUCCO, 2018). Apesar da convergência da literatura ao identificar a centralidade do petismo nas percepções dos eleitores sobre o sistema partidário brasileiro, o mesmo não ocorre com as análises sobre os condicionantes sociais de tal fenômeno. De origem em setores mais progressistas da intelectualidade e da igreja católica, além de egressos das lutas contra a ditadura de 1964 e parcelas sindicalizadas do operariado, o PT, a partir dos Governos Lula e Dilma (2003 – 2016), viu a base de apoio aos Presidentes da República a ele filiados mudar e incorporar grupos socialmente destituídos da classe trabalhadora.

No quadro analítico mais conhecido desse processo, presente na obra de Singer (2009, 2012), a incorporação de “subproletários” não foi feita em contradição aos interesses do empresariado. Não obstante a importância das teses de Singer, resta saber se a mudança de bases classistas, por ele identificada em relação ao apoio a presidentes petistas, também se materializou em relação à preferência partidária pelo PT. Em Samuels e Zucco (2018), por exemplo, as diferenças de renda não se demonstraram associadas ao petismo, o que igualmente ocorre em estudos que utilizaram escolaridade (GIMENES *et al.*, 2016; KINZO, 2005; VEIGA, 2011) ou mesmo ocupação como medidas socioeconômicas em seus modelos (SAMUELS, 2004; RIBEIRO, 2018).

O presente estudo pretende abordar a questão das bases sociais do petismo a partir da análise de classe. Assim sendo, alternativamente ao que faz a maior parte da literatura, mas em consonância com Samuels (2004) e Ribeiro (2018), utiliza medidas de classe ocupacionais. Porém, diferentemente desses trabalhos, lança mão de bancos de dados advindos de pesquisas do instituto Datafolha, o que permite analisar a questão a partir de um recorte temporal mais amplo. Dessa forma, elabora dados descritivos para uma série histórica compreendida entre 2002 a 2018, buscando compreender as mudanças do apoio ao PT no interior de quatro agrupamentos de classe diferentes: Empresários e Profissionais Liberais; Classe

Média; Classe Trabalhadora; Autônomos e Destituídos (RIBEIRO, 2019). Igualmente, tal tipologia de classes é utilizada para formular modelos de regressão logística que buscam analisar as possíveis associações entre partidarismo e classes sociais.

A utilização de uma tipologia ocupacional de classes afigura-se como mais adequada do que medidas congêneres, como as de renda, uma vez que (a) capta de forma mais adequada a inserção social de indivíduos com interesses materiais, oportunidades de vida e posições em relações de trabalho diferentes e (b) oferece uma medida com menor mobilidade entre suas categorias ao longo do tempo (RIBEIRO, 2014; RIBEIRO; ISRAEL, 2016). Ademais, tal procedimento aproxima as análises aqui empreendidas do debate sobre a influência das classes sociais sobre o voto e as preferências partidárias, de extensa literatura no plano internacional, mas de exíguas análises empíricas no ambiente acadêmico brasileiro (EVANS, 1999; EVANS; TILLEY, 2017; MANZA; HOUT; BROOKS, 1995).

270 Dessa forma, busca-se responder aos seguintes problemas de pesquisa: ao longo do período considerado (2002 – 2018) há mudanças, no interior dos grupamentos de classe, nos percentuais de preferência partidária pelo PT? Há associação entre inserção em postos diferentes da estrutura de classes e partidarismo pelo PT? Os resultados aqui produzidos são indicativos de que, em relação ao primeiro ano da série, há um declínio disseminado, entre diferentes grupos de classe do partidarismo pelo PT. Todavia, em conformidade com o contexto político, momentos de aumento ou diminuição do petismo foram registrados. Além disso, como utilizamos uma tipologia de classe que permite diferenciar entre grupos privilegiados na sociedade, por um lado, e de trabalhadores, por outro, conseguimos matizar as tendências de adesão ao petismo no interior desses dois polos sociais. Assim, entre os primeiros, o grupamento de Empresários e Profissionais Liberais se mostrou mais refratário ao partidarismo em relação ao PT do que a Classe Média; em relação aos segundos, uma maior convergência foi notada na variação entre a Classe Trabalhadora e os Autônomos e Precários. Utilizando modelos de regressão logística, igualmente demonstramos que a variável de classe se mostrou associada à predileção em relação ao PT em três dos anos considerados.

Para dar conta de seus objetivos de pesquisa, o presente artigo é composto, além dessa introdução, subsequentemente, por seções acerca de uma revisão teórica

sobre partidarismo e classes, metodologia, resultados, conclusão e um apêndice metodológico.

2. O petismo e as classes sociais

Os estudos sobre preferências partidárias entre o eleitorado brasileiro, em termos gerais, tendem a apontar baixos níveis de partidarismo. Para explicar essa tendência, a literatura destaca a influência de variáveis como o personalismo, a fragmentação do quadro partidário, a falta de fronteiras ideológicas mais claras entre as agremiações, dentre outras (BRAGA; PIMENTEL, 2011; CARREIRÃO; KINZO, 2004; GIMENES, 2015; KINZO, 2004, 2005; VEIGA, 2007). No entanto, Dalton e Weldon (2007) salientam que os níveis de simpatia partidária no Brasil não se distanciam das taxas registradas internacionalmente. Ademais, as variações em tal indicador são fortemente influenciadas pelas preferências partidárias pelo PT – o que se convencionou chamar de petismo (SAMUELS; ZUCCO, 2014). De forma tal que, nas pesquisas sobre partidarismo no Brasil, a predileção por este partido se tornou central (GIMENES *et al*, 2016; KRAUSE; LAMEIRÃO; PAIVA, 2016; RIBEIRO, 2018; SAMUELS, 2004, 2006; VEIGA, 2011). Mesmo com a diminuição da proporção de petistas entre o eleitorado durante a década de 2010, bem como com a consolidação de um antipetismo (RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2016), as preferências por esta agremiação continuaram majoritárias entre eleitores e, conseqüentemente, a suscitar novas produções acadêmicas.

No que diz respeito às características sociais do petismo, a literatura conseguiu demonstrar como o perfil dos que se identificam com o PT passou por mudanças, principalmente a partir dos governos Lula, na década de 2000. Dessa forma, em contraste com sua composição social original, o petismo passou a ser mais permeável a cidadãos com menor renda, escolaridade e acesso à informação política após as gestões federais capitaneadas por lideranças petistas (KINZO, 2005; SINGER, 2010; SAMUELS; ZUCCO, 2018; VEIGA, 2011). As análises sobre o petismo também se propuseram a examinar as diferenças entre este fenômeno e o que Singer (2009; 2012) nomeou como lulismo. Este último teria se formado a partir da adesão, ocorrida a partir de 2006, da fração “subproletária” da classe trabalhadora à liderança de Lula. Este “realinhamento eleitoral” influenciou decisivamente, desde

então, os rumos da disputa política brasileira e suscitou, por extensão, o reposicionamento dos seus principais atores políticos, como o próprio PT. Este passaria, segundo Singer (2012), a ter uma “segunda alma”, mais aberta à negociação política e permeável a grupos antes não presentes na formação do partido.

A despeito das influências do lulismo, o petismo é um fenômeno com uma lógica própria. Samuels e Zucco (2014; 2018) não somente destacam que o processo de adesão ao petismo é mais complexo e duradouro do que a bonificação eleitoral ao desempenho do ex-presidente Lula, bem como evidenciam que o fenômeno é resultado dos esforços organizacionais do partido em sua inserção na sociedade civil e na atração de indivíduos politicamente ativos. Rennó e Cabello (2010), igualmente, demonstraram que lulistas e petistas diferem em suas características sociais (dado que, em seus modelos, a classe social, por exemplo, não se mostrou uma variável capaz de prever a probabilidade de adesão ao petismo ou ao lulismo) e políticas – segundo eles, o lulista, diferente do petista, é um eleitor “não alinhado” ideologicamente, que não rejeita fortemente outros partidos, ao mesmo tempo que não tem predileção ao PT.

Não obstante as críticas ao conceito de lulismo, tal qual pensado por Singer (2009; 2012), teve o mérito de propor uma análise de classe da política no Brasil contemporâneo. Mesmo que o arcabouço conceitual proposto por este autor não seja suficientemente equipado para mesmo aprofundar esta proposta³, nele se conserva a orientação fundamental de que a análise de classe é uma disciplina de “variável explicativa” (WRIGHT, 2000). Seguimos esta senda ao propor que a análise de classe pode ser utilizada para se compreender as bases sociais do não somente do lulismo, mas igualmente da preferência partidária pelo PT.

Além da compreensão de que o posicionamento na estrutura de relações de classe influencia as chances de vida individuais e o acesso a recursos econômicos (BREEN, 2005; WRIGHT, 2000), vasta tradição da sociologia política identifica nas diferenças classistas os condicionantes de fenômenos como voto, partidarismo e estratégia de atores partidários (EVANS, 2000). Dessa forma, parte da literatura

³ Embora utilize alguns conceitos da análise de classes, como a noção de subproletariado, distancia-se dessa perspectiva ao utilizar somente dados de *proxies* para as classes sociais, como a renda. Em sua obra não há, além disso, maiores esforços para analisar empiricamente as possíveis associações entre posição classista individual e comportamento político.

evidencia que o advento de uma “política de classe” decorre da resposta direta às desigualdades sociais (WEAKLIEM; ADAMS, 2011) ou mesmo da influência de pressões sociais como as advindas da inserção individual em ocupações ou mesmo em famílias com origens classistas definidas. Esta visão, “de baixo para cima” (EVANS; TILLEY, 2017), que privilegia modelos explicativos calcados na influência das variáveis sociais sobre a política, é desafiada por outra abordagem que, de forma “híbrida” (SARTORI, 1972), leva igualmente em conta condicionantes políticos. Afinal, desde a publicação do estudo seminal de Lipset e Rokkan (1967), as clivagens sociais são analisadas como transpostas à arena política somente a partir da tradução que agentes como partidos políticos delas fazem a partir de suas plataformas. Como bem ressalta Przeworski (1989), a organização em termos de classe não é inevitável, mesmo em uma sociedade de classes, sendo levada a cabo somente pelas estratégias de atores políticos.

273

Por conseguinte, somente em contextos históricos nos quais partidos de esquerda buscaram organizar as classes trabalhadoras enquanto tal, as clivagens de classe ocuparam o centro da cena política. Em países industriais avançados tais clivagens perduraram politicamente mobilizadas por um longo período de “dois partidos, duas classes”, como exemplo, em agremiações socialistas e social-democratas buscando representar as classes trabalhadoras e de partidos conservadores com plataformas mais alinhadas às classes médias (EVANS, 2000). Todavia, nas sociedades localizadas nas periferias do sistema capitalista outras clivagens sociais foram igualmente politizadas. Sendo assim, a despeito das patentes desigualdades sociais, a ativação política das diferenças classistas em regiões como a América Latina, embora presente, não é “ubíqua”, como notam Mainwaring, Torcal e Somma (2015) em seu estudo sobre voto de classe na região durante a década de 2000.

Em relação ao Brasil, sem levar em consideração os escritos que utilizam a renda como *proxy* para as classes sociais, é exígua a produção que se propôs a utilizar medidas de classe ocupacionais. Tal fato limita a comparabilidade com a literatura principalmente produzida em países anglo-saxônicos, na qual se tornou largamente difundida a utilização de esquemas sociológicos de classes (EVANS, 1999). Há, porém, já no artigo pioneiro de Samuels (2004) sobre as bases sociais do petismo a utilização de medidas de classe ocupacionais em modelos de regressão

logística produzidos a partir de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2002. Em suas análises, contudo, o posicionamento classista, frente a outros controles, não se mostrou associado ao petismo – restando como principais preditores do fenômeno a avaliação governamental, opinião sobre Lula, ideologia, escolaridade, conhecimento político e participação eleitoral. Ribeiro (2018) chega a resultados similares utilizando as versões de 2007 e 2010 do *Latinobarômetro* para o Brasil. Em seu trabalho, não se identificam, entre os condicionantes do petismo, o posicionamento em classes sociais. Nele, porém, revela-se que o posicionamento subjetivo em pontos mais altos de uma escala de inserção social entre pobres e ricos tende a aumentar a probabilidade de adesão ao petismo. Ademais, controles políticos como a avaliação governamental, apoio à democracia e atitudes sobre distribuição de renda se mostraram condicionantes do petismo.

274

Nestes escritos, todavia, pouco há sobre a adesão relativa dos indivíduos no interior de cada classe ao PT ao longo do tempo. Nesse sentido, faltam medidas como as produzidas por Heath *et al.* (1991) para analisar o “voto de classe relativo” em seu estudo fundamental sobre comportamento eleitoral na Inglaterra. Assim sendo, não estão disponíveis na literatura brasileira dados descritivos para, por exemplo, analisar se, majoritariamente, ao longo do tempo, trabalhadores demonstraram predileção pelo partido que os leva no nome, ou ainda se setores de classe média, que participaram da criação do PT, continuaram em sua base social em outros contextos históricos. Além de produzir modelos multivariados de análise, aqui também apresentaremos tais dados descritivos em série histórica, conforme demonstrado a seguir.

3. Metodologia

Antes de especificamente abordar quais dados e procedimentos foram utilizados no presente artigo, devemos salientar alguns aspectos teórico-metodológicos fundamentais que embasam o conceito de classes sociais por nós utilizado. Nas análises aqui produzidas, ao lançar mão de um conceito relacional de classes, seguimos caminho diverso daquele usualmente trilhado pela produção acerca do comportamento político no Brasil, na qual, costumeiramente, são mobilizadas medidas de renda (HOLZHACKER; BALBACHEVSKY, 2007) ou posse de

bens de consumo (RENNÓ; TURGEON, 2016). Dessa forma, além de reproduzir procedimento usual na literatura internacional sobre classes e política (EVANS, 1999), buscamos, ao nos valermos de tal abordagem, empregar o conceito de classes no sentido consagrado pelas principais correntes sociológicas a abordar a questão.

Consequentemente, o sentido relacional do conceito de classes remete ao fato de que esse fenômeno está assentado em relações sociais específicas – sejam elas relações de exploração do trabalho, conforme a acepção marxista (WRIGHT, 2000), ou relações de emprego, como preconizado pela abordagem weberiana (BREEN, 2005). Nesse sentido, categorias de classe dizem respeito a posições (quando tomadas como unidade) ou grupamentos (quando tomadas em conjunto) das relações classistas (WRIGHT, 2000). Na análise de classe, em sentido amplo, tem-se como hipótese orientadora fundamental o pressuposto de que a inserção em relações classistas pode condicionar desde o acesso a ativos econômicos (RIBEIRO; CARVALHARES, 2020) ao desenvolvimento de atitudes políticas.

275

No presente trabalho, tomamos como inspiração para a operacionalização do conceito de classe o esquema Goldthorpe (2000), também conhecido como esquema EGP (ERIKSON; GOLDTHORPE; PORTOCARERO, 1979). Embora aqui não seja possível encontrar uma reprodução direta das categorias de tal esquema, sua lógica teórica peculiar e seus procedimentos metodológicos fundamentais foram mobilizados para a construção de nossas categorias de análise. Sendo assim, antes de tudo, a própria busca por bancos de dados foi realizada tendo em vista localizar as variáveis fundamentais para a modelagem empírica dessa tipologia. Como explicado pelo próprio Goldthorpe (2000), apenas duas são necessárias – as que operacionalizam o status ocupacional (i.e. se o indivíduo é empregador, empregado ou autoempregado) e a ocupação individual.

Adicionalmente, em nosso caso, além das variáveis sobre a ocupação, buscamos por bancos de dados que oferecessem informações sobre preferências partidárias dos indivíduos. Como resultado, encontramos nas sondagens do instituto Datafolha, numa série de pesquisas que se inicia em 2002⁴, ambos os tipos de variáveis⁵. Tendo em vista utilizar bancos de dados que se assemelhassem em

⁴ Todos os bancos de dados aqui analisados foram acessados a partir do sítio do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP, 2018).

⁵ Igualmente, estão disponíveis variáveis ocupacionais em pesquisas do LAPOP (2020) e Latinobarômetro (2010). Na primeira, contudo, as questões sobre ocupação não são reproduzidas

termos amostrais, estabelecemos os seguintes critérios para a seleção de pesquisas – nos anos nos quais ocorreram eleições presidenciais, utilizamos as sondagens realizadas às vésperas do segundo turno, devido ao maior tamanho das amostras por elas apresentadas; nos demais, selecionamos as pesquisas com os maiores N⁶. Ao cabo, produzimos uma série histórica compreendida entre 2002 e 2018, composta por 16 pesquisas.

Para operacionalizar as preferências partidárias, fizemos uso da seguinte pergunta incluída nos *surveys* dos anos apurados – “Qual é o seu partido político de preferência? ” (Questão espontânea) (DATAFOLHA, 2018). Já para dados sobre ocupação, usamos as respostas à seguinte questão – “Atualmente, você trabalha? (Se sim). Qual é a sua ocupação principal? (A partir da ocupação identificar a situação). Se não, você só estuda, é aposentado, é dona-de-casa ou está desempregado? Se desempregado, está procurando emprego ou não? ” (DATAFOLHA, 2018). A partir dela, são oferecidas dezesseis alternativas, das quais utilizamos nove para modelar nossa tipologia de classe. Conforme se pode notar a partir do quadro 1, encartado a seguir, foram incluídas todas as categorias que captavam situações ocupacionais de indivíduos na População Economicamente Ativa (PEA) e excluídas aquelas que designavam a não inserção na PEA (tais como aposentados ou donas de casa), exceto a categoria de desempregados que não estavam buscando emprego no momento da entrevista – mantida tendo em vista identificar casos de desemprego por “desalento”⁷.

Considerando o esquema Goldthorpe (2000) de análise de classe, podemos notar que as categorias dessa variável do Datafolha reproduzem, de maneira peculiar, o status ocupacional dos indivíduos. Porém, não há informações mais detalhadas sobre a ocupação mesma de cada entrevistado. Para suprir esta lacuna, utilizamos uma variável sobre nível educacional como *proxy* – “Até que ano da escola você estudou? ” (DATAFOLHA, 2018). Especificamente, a partir dela, foi possível identificar a posse de ativos educacionais de nível médio e superior. A justificativa para esse procedimento decorre do fato de que, no esquema Goldthorpe

em várias das ondas disponíveis para o Brasil e, na segunda, há pouca oferta de variáveis sobre preferências partidárias,

⁶ No ano de 2011 não estão presentes as variáveis consideradas no presente estudo; já no ano de 2012 houve apenas uma pesquisa nacional do Datafolha que atendeu aos critérios aqui apresentados. Para maiores informações sobre as variáveis, consultar anexo metodológico.

⁷ Para maiores informações, consultar anexo metodológico.

(2000), especialmente no caso de empregados, há dois principais critérios de diferenciação – a dificuldade de monitoramento e o nível de capital humano empregado no trabalho. Tais diferenças concorrem para a constituição de dois tipos de contrato de trabalho mais gerais – a *service relationship* (que pressupõe mais benefícios e estabilidade, geralmente é utilizado para regular o trabalho altamente qualificado e difícil de monitorar) e o *labour contract* (sem benefícios adicionais, destinado ao trabalho mais fácil de se monitorar, geralmente realizado pelos menos qualificados). Sem a posse dessas informações, o nível educacional torna-se um indicativo da utilização de ativos de qualificação no trabalho desempenhado principalmente por empregados e autônomos. Embora não se possa saber se as credenciais educacionais são diretamente utilizadas pelos indivíduos em suas ocupações, a partir dessa *proxy*, pode-se diferenciar casos qualitativamente diferentes no interior das classes sociais.

277 Com base nas duas variáveis acima descritas, foi produzida uma tipologia de classes composta por quatro categorias – *Empresários e Profissionais Liberais*, *Classe Média*, *Classe Trabalhadora e Autônomos* e *Destituídos*. No quadro 1, são resumidos os procedimentos para se chegar a tal tipologia. O primeiro grupamento de classes, *Empresários e Profissionais Liberais*, inclui os “Empresários” (de acordo com a alternativa original presente nos questionários do Datafolha) e os autoempregados com ativos educacionais superiores – Profissionais Liberais e Autônomos com formação superior (conforme a proxy para o nível educacional). Esta operacionalização segue a sugestão presente em Goldthorpe e McKnight (2010) de agregar pequenos empregadores autoempregados em uma mesma categoria. Tendo em vista o fato de que Profissionais Liberais podem mesmo se tornar empregadores circunstanciais ao contratar auxiliares (secretários, técnicos etc.), tal sugestão parece adequada ao caso brasileiro (SANTOS, 2005). Ademais, os autônomos com ativos educacionais superiores aqui inclusos optam pelo autoemprego, mesmo dispondo de capital humano e desempenhando trabalhos difíceis de monitorar – o que possibilitaria sua inclusão como empregados em postos de trabalho da classe média baseados em algum contrato do tipo *service relationship* (GOLDTHORPE, 2000). Cabe ainda notar que a alternativa presente nos bancos de dados não faz diferenças entre pequenos e grandes empresários. Contudo, devido à proporção diminuta dos últimos na estrutura social brasileira (SANTOS,

2005), consideramos a categoria de empresários como composta majoritariamente por pequenos empregadores.

O grupamento de classe designado pela categoria *Classe Média* é composto pelos assalariados com ensino superior e pelos funcionários públicos com credenciais educacionais médias ou superiores. Aqui, os ativos educacionais desvelados pela variável *proxy* são indicativos das ocupações com alto nível de capital humano e difícil monitoramento, características do que é chamado por Goldthorpe e colaboradores de *service class* (ERIKSON; GOLDTHORPE; PORTOCARERO, 1979). Nela estão inclusos os empregados profissionais de nível superior e os gerentes, que estabelecem com os empregadores uma *service relationship* (GOLDTHORPE, 2000). Como não é possível identificar essa última ocupação através do questionário das pesquisas Datafolha, inclui-se somente a primeira. Aqui optamos por designar tais ocupações como “classe média” ao invés de “classe de serviço” (o que seria uma tradução direta da noção de *service class*) tendo em vista evitar confusões com a possível inserção dos indivíduos no setor econômico dos serviços – que não é aqui considerada. Ademais, tal conceituação alinha-se ao conceito de “localizações contraditórias de classe média”, presente na obra de Wright (2000) – construto conceitual esse que designa, com as especificidades da abordagem marxista, as mesmas ocupações profissionais e gerenciais. Em relação a este grupamento de classe, devemos ainda destacar que a inclusão nele de funcionários públicos com ensino médio se faz necessária pois tais indivíduos mantêm uma espécie de *service relationship* com o Estado brasileiro, baseada em benefícios como a estabilidade no emprego e perspectivas de ascensão na carreira.

Quadro 1 – Tipologia de Classes

Alternativas Originais (Variável PEA)	Ativos Educacionais (Variável Escolaridade)	Grupamentos de Classe
Empresário	-	Empresários e Profissionais Liberais
Profissional Liberal (Autônomo Universitário)	-	
Autônomo Regular (Paga ISS)	Superior ou Pós-graduação	
Assalariado Registrado	Superior ou Pós-graduação	Classe Média
Funcionário Público	Médio Completo ou Superior	
Assalariado Registrado	Até Superior Incompleto	Classe Trabalhadora
Assalariado sem Registro	Até Superior Incompleto	
Funcionário Público	Até Fundamental Completo	
Autônomo Regular (Paga ISS)	-	Autônomos e Destituídos
Free-Lance/Bico	-	
Desempregado (PEA)	-	
Desempregado (Não PEA)	-	

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do Datafolha (2018).

279

Incluímos na categoria *Classe Trabalhadora* todos os assalariados (registrados ou não) sem credenciais escolares superiores e os funcionários públicos com nível educacional abaixo do nível médio. Este tipo de operacionalização remete ao procedimento comum em versões menos desagregadas do esquema EGP de incluir empregados não manuais de rotina e trabalhadores (sejam eles manuais ou não) em uma mesma categoria (BREEN, 2005). Como tais alternativas não estão disponíveis nos bancos de dados utilizados, atentamos ao tipo de contrato sugerido pelas alternativas da variável sobre status ocupacional. Assim os “assalariados registrados” parecem ocupar empregos formais, celetistas, que se assemelham ao *labour contract* descrito por Goldthorpe (2000). Ao passo que a situação de “assalariado sem registro” é indicativa de algum tipo de contrato de trabalho mais flexível, com remuneração recorrente. Em uma chave de análise weberiana, tal situação, mesmo que mais precarizada do que a gerada pelo regime celetista, oferece mais oportunidades de vida do que o autoemprego socialmente destituído (SANTOS, 2009). Por fim, espera-se que a porção residual de funcionários públicos sem qualificações educacionais esteja engajada em ocupações manuais ou elementares, o que justifica sua inclusão no grupamento da Classe Trabalhadora.

Devido às especificidades do autoemprego no Brasil, torna-se necessário diferenciar situações sociais diversas no interior deste mesmo status ocupacional. Há, nele, tanto um polo detentor de ativos econômicos e educacionais superiores quanto um

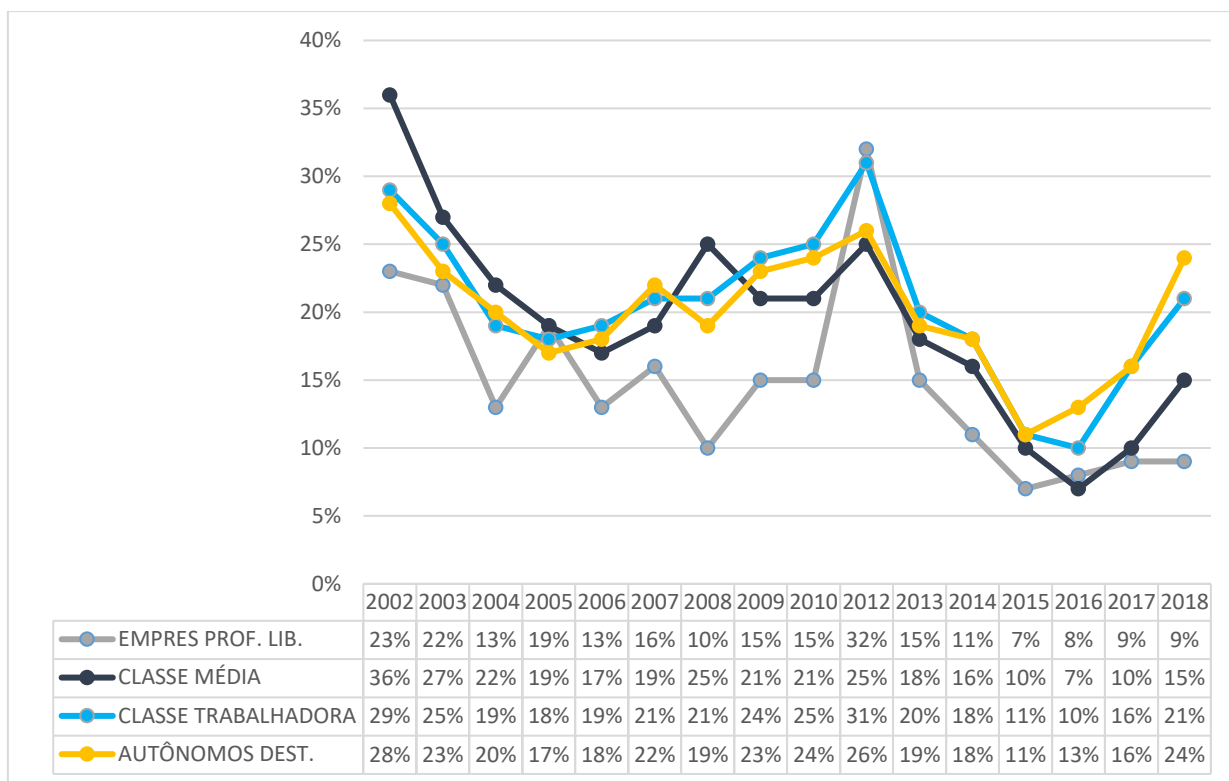
amplo grupo de trabalhadores por conta-própria perpassado pela precarização social (SANTOS, 2005; 2009). Um tal esquema de classes que tomasse esses dois grupos em conjunto concorreria para mascarar justamente as características da destituição social entre os autoempregados. Devido às limitações dos bancos de dados do Datafolha, igualmente utilizamos a posse de ativos educacionais para identificar essas assimetrias sociais entre os autônomos. Sendo assim, na categoria de *Autônomos e Destituídos* estão incluídos os autônomos sem ativos educacionais superiores, bem como os que assinalaram a alternativa “Free Lance/Bico” como status ocupacional. Igualmente, para dar conta de formar mais ampla de processos de destituição social do trabalho, também foram incluídos nesse grupamento de classe os trabalhadores desempregados ou em situação de desalento (SANTOS, 2009).

A partir das variáveis acima, produzimos dados descritivos relativos aos percentuais de adesão partidária ao PT no interior dos diferentes grupamentos de classe utilizados. Além disso, elaboramos modelos de regressão logística para os anos de 2002, 2010, 2015 e 2018. Em tais anos, os bancos de dados se diferenciam dos demais, pois apresentam nos seus questionários perguntas referentes ao modelo da regressão proposto. Neles, a variável resposta é o petismo (petistas e não petistas, estes como partidários de outros partidos e sem identificação partidária). Em sintonia com escritos que adotam procedimentos similares (RIBEIRO, 2018; SAMUELS; ZUCCO, 2018) utilizamos as variáveis de sexo, escolaridade, idade, região e avaliação governamental como controles em relação ao impacto da variável de classes. Nos anos selecionados, é possível destacar eventos políticos como a chegada do PT à presidência (2002), a primeira eleição de Dilma Rousseff (2010), as manifestações de rua contra a ex-presidenta e a derrota nas eleições presidenciais em 2018. Na regressão, as categorias de idade (16 - 34; 35 - 59; > 60) foram agregadas desta maneira para padronizá-las nos questionários do DataFolha. A categoria de região Norte/Centro-Oeste está agregada de acordo como realizado pelo próprio *survey*. O critério de agregação da categoria de avaliação governamental em “Ótimo – Bom” seguiu os parâmetros dos que avaliavam o governo como “Ótimo” ou “Bom” e a categoria “Negativo – Regular” para as respostas dos entrevistados classificadas como “Ruim”, “Péssima” ou “Regular”.

4. Resultados

4.1. Análise descritiva do petismo nas localizações de classes⁸

Figura 1 - Petismo a partir das localizações de classes (2002 a 2018)



Fonte: elaboração própria a partir dos *surveys* do Datafolha aos anos de 2002 a 2018.

A figura 1 mostra a variação da preferência partidária pelo PT ao longo da série considerada. A maior adesão proporcional ao petismo ocorreu em 2002, quando 36% dos eleitores na Classe Média se disseram identificados com o partido. Neste mesmo ano, os grupamentos das classes Empresários e Profissionais Liberais, Classe Trabalhadora e Autônomos Destituídos apresentaram respectivamente os percentuais de 23%, 29% e 28%. A partir de então, os níveis de afinidade para com PT declinaram nos grupamentos classistas. Pode-se, porém, destacar alguns períodos nos quais os percentuais de petismo oscilaram de maneira similar entre os diversos grupamentos de classe.

Entre 2002 e 2006, durante o primeiro governo Lula, houve, entre todos os grupamentos, uma queda na adesão ao petismo. Porém, a partir do ano da reeleição do principal líder petista, ocorreu uma retomada do crescimento dos números relativos de

⁸ Na figura 1 encontra-se o percentual do petismo a partir das variáveis binárias (0 = Todos os outros Partidos. 1 = Petismo). Os resultados apontam apenas o percentual do petismo, objetivo de análise do artigo. Isso justifica o somatório dos percentuais em cada ano não alcançar 100%, pois há apenas o percentual dos que se declararam petistas em cada localização de classe.

afinidade pelo PT, exceto entre os Empresários e Profissionais Liberais – nesse período, 25% dos eleitores da classe média, em 2008, e dos trabalhadores, em 2010, se disseram alinhados ao partido; também nesse ano, 24% dos Autônomos e Precários deram respostas no mesmo sentido. No ano de 2012 há um aumento das preferências partidárias petistas entre as classes, tendo a categoria de Empresários e Profissionais Liberais alcançado o seu maior valor na série, com 32%. No entanto, a baixa diferença entre o percentual de 2012 entre as classes denota uma não diferenciação do petismo em termos classistas. Os resultados de 2012 são os únicos que apresentam discrepâncias em relação aos outros anos da série.

A partir de 2013 uma nova tendência à diminuição da adesão ao PT se tornou transversal entre os grupamentos classistas – nesse período, os menores patamares da série foram atingidos entre Empresários e Profissionais Liberais, em 2015, e entre os que se posicionavam na Classe Média, em 2016 (7% em ambas as ocasiões). Nos últimos dois anos o petismo voltou a crescer entre os grupamentos classistas, com exceção dos Empresários e Profissionais Liberais – chegando à adesão relativa de 24% dos Autônomos e Precários, em 2018.

282

A tipologia de classe utilizada permite observar o comportamento de indivíduos em uma classe empregada, posicionada na Classe Média, de forma distinta da pequena burguesia, captada pela categoria de Empresários e Profissionais Liberais. Nesse sentido, é possível demonstrar que, comparando os dois grupos, os indivíduos imersos neste último grupamento classista foram menos afeitos ao petismo ao longo de toda série. Somente em dois anos, 2012 e 2017, os Empresários e Profissionais Liberais (com 32% e 8%) demonstraram uma identificação proporcionalmente maior com o petismo do que a Classe Média (então com 25% e 7%). Ademais, excetuando 2005, 2012 e 2016, aquela fração pequeno-burguesa foi a que apresentou os menores percentuais de identificação com o petismo. Por outro lado, os indivíduos na Classe Média foram proporcionalmente mais adeptos ao PT do que quaisquer outros grupamentos classistas em determinados momentos: 2002, 2003, 2004 e 2008. Em suma, tais dados somente podem ser revelados ao se separar os dois grupos, ao invés de agregá-los em um único grande polo de classe média.

Por seu turno, a tipologia de classes utilizada igualmente permite separar a porção socialmente destituída da classe trabalhadora, desempregada ou engajada em ocupações

autônomas precárias (presente na categoria Autônomos e Precários), daqueles presentes na categoria de Trabalhadores, que se identificam como empregados em suas ocupações. Não obstante, ao contrário das diferenças entre ocupações da classe média e pequeno-burguesas, os dados demonstram como os dois grupos considerados da classe trabalhadora variam de forma similar em relação ao petismo. Note-se, nesse sentido, que apresentam percentuais similares no início (quando 28% dos Autônomos Precários e 29% dos indivíduos da Classe Trabalhadora se disseram representados pelo PT), meio (como no caso do ano de 2010, anteriormente ressaltado) e fim da série (retomando o patamar de 21% para a Classe Trabalhadora e 24% para os Autônomos e Precários). Ademais, mesmo os menores percentuais apresentados por ambos os grupamentos classistas ocorreram no período entre 2013 e 2016.

4.2. Modelos de Regressão Logística

Tabela 1 – Regressão logística ao petismo (2002, 2010, 2015 e 2018)

Variáveis	2002	2010	2015	2018
Classes				
Empresários e P.L.				
Classe Média	1.561** (0.291)	1.526** (0.318)	1.114 (0.448)	1.623** (0.389)
Trabalhadores	1.601*** (0.275)	1.344 (0.257)	1.254 (0.468)	1.562 (0.359)
Autônomos e prec.	1.633*** (0.282)	1.297 (0.250)	1.187 (0.443)	1.898*** (0.433)
Sexo				
Mulher				
Homem	1.255*** (0.0833)	1.193** (0.0890)	1.203 (0.180)	1.218** (0.103)
Escolaridade				
Ensino Fundamental				
Ens. Médio	1.552*** (0.114)	1.088 (0.0922)	1.155 (0.214)	0.810** (0.0832)
Ens. Superior	1.822*** (0.217)	0.893 (0.123)	0.851 (0.235)	0.650*** (0.0969)
Idade				
16 - 34 anos				
35 - 59 anos	0.958 (0.0654)	0.909 (0.0726)	1.283 (0.204)	0.876 (0.0813)
> 60 anos	0.566*** (0.108)	0.709** (0.122)	0.509 (0.231)	0.820 (0.144)
Região				
Sudeste				
Sul	0.761*** (0.0781)	0.678*** (0.0667)	0.978 (0.239)	0.746* (0.124)
Nordeste	0.825** (0.0696)	0.979 (0.0889)	1.459** (0.272)	2.052*** (0.208)
Norte/Centro-Oeste	0.752***	0.840	0.952	1.214*

	(0.0813)	(0.116)	(0.197)	(0.140)
Avalia.Gov.				
Negativo-Regular				
Ótimo-Bom	0.331*** (0.0301)	5.176*** (0.671)	5.957*** (1.132)	0.712 (0.167)
Constant	0.232*** (0.0442)	0.0645*** (0.0159)	0.0545*** (0.0243)	0.192*** (0.0517)
Observations	7,198	8,248	2,531	5,896

Fonte: elaboração própria a partir dos surveys do DataFolha aos anos de 2002, 2010, 2015 e 2018. *** p < 0,01, ** p < 0,05, Erro Padrão entre parênteses.

Frente aos controles, as categorias da tipologia de classe se demonstraram associadas à escolha pelo petismo em 2002, 2010 e 2018. No primeiro ano, os indivíduos da Classe Média tinham 56,1% a mais de chances de aderir ao petismo do que Empresários e Profissionais Liberais (categoria de referência). Por sua vez, os Trabalhadores possuíam 1,601 *odds ratio*⁹ (OR) (p < 0,01) de serem petistas e, neste mesmo ano, os autônomos e precários obtiveram 63% chances de petismo a mais do que a categoria de referência. No ano de 2010, a Classe Média denotou 1.526 (OR) ao petismo. Embora significativo estatisticamente, índice menor se comparado à 2002 e 2018. Nesse último ano, indivíduos na Classe Média apresentaram 62,3% a mais de chances em relação ao petismo do que a categoria de referência, enquanto, na mesma direção, mas com maior magnitude do efeito, os Autônomos e Precários tinham 89,8% a mais de chances de se afirmarem representados pelo PT. Os resultados de algumas variáveis de controle também podem ser ressaltados.

Em 2002, homens manifestaram 1,255 OR (p < 0,01) de adesão ao petismo, porém, nos outros anos, a variável não foi estaticamente significativa em relação à categoria de referência, tendo outras variáveis efeitos mais reveladores. A escolaridade apresentou associação com o petismo nos anos de 2002 e 2018, sendo significativamente negativa neste último ano. Os indivíduos com escolaridade até o ensino médio e do ensino superior demonstraram 55% e 82%, respectivamente, maiores chances de preferências ao petismo em 2002. Para 2018, possuir escolaridade média diminuiu em 19% as chances de petismo em relação à categoria de referência (Ensino Fundamental), ao passo que ter escolaridade superior diminuiu em 35% as chances.

⁹ *Odds ratio* é a razão de chances de um evento ocorrer em uma determinada variável. Sinteticamente: “[...] o percentual de chance de uma mudança na variável dependente a partir da mudança de uma unidade na variável independente” (CERVI, 2019, p.195).

Somente em 2002 a idade se mostrou associada ao petismo. Neste ano, possuir 60 anos de idade ou mais caracterizou um efeito negativo estatisticamente significativo à preferência partidária ao PT. Estar localizado nesta categoria de idade rendeu 43% menos chances de nutrir um petismo. A variável não foi significativa para os outros anos, tendo como categoria de referência as idades de 16 a 34 anos. Nota-se na tabela de regressão que as regiões decorreram resultados diferentes ao petismo. Ser morador da região Sul apresentou menores chances em ser petista, tendo uma consequência estatisticamente negativa em 2002 e 2010. Em 2002, a categoria Sul possuiu 0,761 OR ($p < 0.01$) ao petismo, e em 2010, 0,678 *odds ratio* ($p < 0,01$). Outras regiões com efeitos significativamente negativos ao petismo em 2002 foram a Norte/Centro-oeste, com 25% menos chances de nortistas e centro-oestinos aderirem ao petismo em relação a sudestinos.

285 A categoria regional com efeito positivo estatisticamente significativo ao petismo ao longo dos anos selecionados encontra-se no Nordeste e na categoria Norte/Centro-Oeste. Os nordestinos desenvolveram 1.459 OR em 2015 e 2,052 OR ($p < 0,01$) a ser petista em 2018. Os sujeitos pertencentes ao Norte/Centro-Oeste demonstraram 1.214 OR. A magnitude significativamente positiva destes resultados manifesta a aproximação destas regiões ao PT em relação à categoria de referência. Em 2002, os indivíduos de todas as regiões tinham menos chances do que a do Sudeste em ser partidário do PT.

Avaliar positivamente o governo teve uma associação ao petismo nos anos de 2010 e 2015. As chances de ser petista foram de 5,176 *odds ratio* ($p < 0,01$) entre aqueles que avaliaram o governo como “Ótimo” e “Bom” em 2010. No trabalho de Ribeiro (2018), a aprovação governamental teve consequências positivas estatisticamente significativas ao petismo no ano de 2010. Para o ano de 2015, identifica-se 5,957 OR ($p < 0,01$). No ano de abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, o petismo foi significativo apenas na categoria dos que aprovavam a gestão petista. Outro valor significativo ocorreu em 2002, no qual os indivíduos que aprovavam o governo de Fernando Henrique Cardoso tiveram 67% menos chances de se declararem petistas. Todavia, é importante ressaltar que avaliar positivamente o governo não necessariamente seja uma conexão direta para todos os sujeitos demonstrarem uma preferência partidária, sendo esse fenômeno mais complexo.

5. Considerações finais

A partir da formulação de uma tipologia de classes, com base nos dados de pesquisas de opinião do Datafolha, analisamos, no presente artigo, as bases sociais do petismo em termos classistas. Produzimos dados descritivos sobre a afinidade partidária para com o PT, tendo em vista os números relativos no interior dos diferentes grupamentos de classe utilizados, bem como formulamos modelos de regressão logística para captar as associações entre classe e partidarismo.

A partir dos dados descritivos, demonstramos que, entre todas as classes, no primeiro ano da série analisada (2002 – 2018) foram registrados os maiores números relativos de adesão ao petismo. Posteriormente, houve períodos de maior convergência das tendências de afinidade partidária para com o PT entre as classes – uma queda inicial entre 2002 e 2006 (coincidente com o primeiro governo Lula), seguida por uma retomada entre 2007 e 2010 (período relativo ao segundo governo Lula) e nova queda entre 2013 e 2016 (contexto que se estende das manifestações de junho à queda presidencial de Dilma Rousseff) e nova retomada nos dois últimos anos, 2017 e 2018 (de governo Temer e eleição presidencial vencida por Bolsonaro). Como igualmente visto a partir dos resultados dos modelos de regressão logística, bem como relatado por outros autores (SAMUELS, 2004), o partidarismo em relação ao PT está associado com a avaliação governamental. Por extensão, isso pode ter influenciado igualmente as tendências no interior das classes – queda nos índices em períodos de crise (como durante o primeiro governo Lula, nos quais a conjuntura política foi influenciada pelo assim chamado escândalo do mensalão, ou no contexto de manifestações de rua entre 2013 e 2016) e retomada em períodos favoráveis às lideranças petistas (como no segundo governo Lula ou durante a gestão federal Temer, na qual o PT era um dos principais opositores).

Não obstante, um grupamento de classe em especial pareceu alheio a estes contextos, mantendo, em geral, os índices mais baixos de adesão ao petismo – o dos Empresários e Profissionais Liberais. Nossa abordagem permite distinguir, nesse polo social, entre setores pequeno-burgueses e a parte da classe média que usa suas credenciais educacionais como recursos para a empregabilidade – captada em nossa tipologia pela categoria Classe Média. Consequentemente, os indivíduos nessa última se mostraram bem mais afeitos ao petismo, ao longo da série, do que Empresários e

Profissionais Liberais. Esse achado ajuda a matizar as tendências de relação com o petismo expressas pela Classe Média.

Ademais, embora não seja possível comparar diretamente os fenômenos, como ressaltamos anteriormente, certo paralelo pode ser traçado entre o que aqui expomos para o petismo e a ideia de realinhamento eleitoral, na base do lulismo, conforme a leitura de Singer (2009; 2012). Para este autor, há uma conversão de blocos eleitorais, a partir de 2006, no qual as classes médias se afastaram da liderança política de Lula. O mesmo não pode ser dito para o petismo, conforme os dados aqui produzidos. Se é verdade que os Empresários e Profissionais Liberais se tornaram continuamente mais refratários ao petismo ao longo da série, no outro grupamento de classe, a Classe Média, as tendências não foram tão lineares assim, alternando alguns momentos em afastamento e outros de aproximação em relação ao PT. Não há, portanto, um realinhamento unívoco das classes médias em relação ao partido. Além disso, em todos os grupamentos classistas, houve declínios dos percentuais de adesão ao petismo, em comparação ao ano inicial da série, 2002 – o que desautoriza a ideia de um realinhamento localizado em uma classe específica.

287

No mesmo sentido, no polo social oposto, igualmente não se pode falar de uma adesão das porções excluídas do mercado de trabalho formal ao petismo a partir de 2006, como sugere Singer (2009; 2012) para o caso do lulismo. Como visto, entre Autônomos e Precários (categoria utilizada em nossa tipologia que mais se aproxima da ideia de subproletariado, em Singer), já em 2002 considerável proporção dos membros dessa classe se identificavam enquanto petistas e, principalmente, a partir de então a tendência registrada (assim como nos outros grupamentos de classe) foi de declínio dos percentuais de adesão ao partidarismo para com o PT, em comparação ao início da série – o que vai no sentido contrário à tese de realinhamento. Além disso, os dados aqui expostos também estão em contraste com a ideia, igualmente presente em Singer (2009; 2012) de que, a partir do lulismo, classes fundamentais do capitalismo, como a classe trabalhadora, perderiam influência política, deixando o centro da cena para a polarização ricos contra pobres. A rigor, os dados de adesão ao petismo na categoria da Classe Trabalhadora, presente em nossa tipologia, variaram em sentido bastante similar aos Autônomos e Destituídos ao longo da série – em poucos momentos, registre-se, a proporção de trabalhadores que se diziam petistas foi menor do que a de Autônomos e Precários.

Ao utilizarmos modelos de regressão logística, nossos dados igualmente concorreram para relativizar achados prévios da literatura (SAMUELS, 2004; RIBEIRO, 2018). Mesmo considerando o efeito de controles, a variável de classe utilizada se mostrou associada à escolha pelo PT como partido predileto em três anos na série – 2002, 2010 e 2018. Em 2002 e 2018, foram as diferenças nas chances entre Autônomos e Precários e Empresários e Profissionais Liberais as que se mostraram com maiores magnitudes. Não obstante, em 2010, apenas os resultados para a categoria de Classe Média se mostraram estatisticamente significativos e, em 2015, a classe não resultou associada ao petismo. Resultados esses que depõem sobre a influência dos contextos políticos na ativação das diferenças classistas em relação ao petismo. Além desses resultados, conseguimos igualmente observar que outras variáveis de controle, em diferentes anos, igualmente estiveram associadas ao partidatismo para com o PT, tais como sexo, escolaridade, região e avaliação governamental.

6. Referências

288

BORGES, A.; VIDIGAL, R. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidatismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 1, p. 53-89, abr. 2016.

BRAGA, M. S. S.; PIMENTEL, JR., J. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? **Opinião Pública**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 271-303, nov. 2011.

BREEN, R. **Foundations of a neo-Weberian Class Analysis**. In: WRIGHT, E. O. *Approaches to Class Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

CARREIRÃO, Y. S.; KINZO, M. D. G. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 131-168, dez. 2004.

CERVI, E. **Manual de métodos quantitativos para iniciantes em Ciência Política**. Curitiba: Cpop, 2019. 314 p.

CESOP – CENTRO DE ESTUDOS DE OPINIÃO PÚBLICA. Banco de dados. 2018. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados. Acesso em: 11 de jun. 2020.

DALTON, R. J.; WELDON, S. Partisanship and Party System Institutionalization. **Party Politics**, Brighton, v. 13, n. 2, p.179-196, mar. 2007.

DATAFOLHA. **Bancos de dados (2002-2018)**. Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP), 2018. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados >. Acesso em: 14 set. 2019.

ERIKSON, R. GOLDTHORPE, J. H. PORTOCARERO, L. Intergenerational Class Mobility in Three Western European Societies. **British journal of Sociology**, Londres, v.1, n. 30, p. 415-441, fev. 1979.

EVANS, G. **The end of class politics?** Class voting in comparative context. New York: Oxford University Press, 1999.

EVANS, G. The continued significance of class voting. **Annual Review of Political Science**, Oxford, v. 3, 2000.

EVANS, G.; TILLEY, J. **The new politics of class:** the political exclusion of the British working class. Oxford: Oxford University Press, 2017.

GIMENES, E. R. **A relação dos eleitores com partidos políticos em novas democracias:** partidarismo na América Latina. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

GIMENES, E. R. *et al.* Partidarismo no Brasil: análise longitudinal dos condicionantes da identificação partidária (2002-2014). **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 121-148, abr. 2016.

GOLDTHORPE, J. H. **On Sociology:** Numbers, Narratives and the Integration of Research and Theory. Oxford: Oxford University Press, 2000.

289

GOLDTHORPE, J; MCKNIGHT, A. **The economic bases of social class.** Londres: CASEpaper, 2010. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/93872.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

HEATH, A. *et al.* **Understanding political change.** Oxford: Pergamon, 1991.

HOLZHACKER, D. O.; BALBACHEVSKY, E. Classe, ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições 2002 e 2006. **Opinião Pública**, Campinas, v.13, n.2, p. 283-306, 2007.

KINZO, M. D. G. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 23-40, fev. 2004
KINZO, M. D. G. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 65-81, fev. 2005.

KRAUSE, S.; LAMEIRÃO, A. P.; PAIVA, D. O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 638-674, dez. 2016.

LAPOP – LATIN AMERICAN PUBLIC OPINION PROJECT. Lapop Brasil. 2020. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>. Acesso em: 5 de set. 2021

LATINOBARÓMETRO – OPINIÃO PÚBLICA LATINOAMERICANA. Banco de Datos 2010. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>. Acesso em: 4 set. 2021.

LIPSET, S. M.; ROKKAN, S. **Cleavage structures, party systems and voter alignments: an introduction.** In: LIPSET, S.M., ROKKAN, S. (eds). Party systems and voter alignments. New York: Free Press, 1967.

MAINWARING, S.; TORCAL, M.; SOMMA, N. **The left and the mobilization of class voting in Latin America.** In: CARLIN, R. E.; SINGER, M. M.; ZECHMEISTER, E. J. The Latin American Voter: Pursuing representation and accountability in challenging contexts. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2015.

MANZA, J.; HOUT, M.; BROOKS, C. Class voting in capitalist democracies since World War II: dealignment, realignment, or trendless fluctuation? **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, v. 21, n. 1, p. 137-162, dez. 1995.

PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e social-democracia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RENNÓ, L; CABELLO, A. As bases do lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 39-60, out. 2010.

RENNÓ, L; TURGEON, M. A psicologia política das classes sociais no Brasil: atributos das atitudes políticas por estratificação e mobilidade social. **DADOS**, São Paulo, v. 59, n.1, p. 11-51, dez. 2016.

290 RIBEIRO, C. A. C; ISRAEL, V. P. Voto assimétrico, classes e mobilidade social no Brasil. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 105-130, aug. 2016.

RIBEIRO, C. A. C.; CARVALHARES, F. Estratificação e mobilidade social no Brasil: uma revisão da literatura na sociologia de 2002 a 2018. In: CAMPOS, L. A; CHAGURI, M; FLEURY, L. **Ciências Sociais Hoje: Sociologia.** São Paulo: Zeppelini Publishers: 2020.

RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 603-637, dez. 2016.

RIBEIRO, G. C. M. **Classes sociais e eleições presidenciais no Brasil contemporâneo (2002-2010).** 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

RIBEIRO, G. C. M. Lulismo, petismo e classes sociais: revisitando teses sobre comportamento político no Brasil. In: ENCONTRO DA ABCP, v. 11, 2018, Curitiba. **Anais do 11º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política.** Curitiba: ABCP, 2018, p.1-22.

RIBEIRO, G. C. M. Voto de classe no Brasil: de Lula a Bolsonaro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, v.43, 2019, Caxambu. **Anais do 43º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.** Caxambu, 2019.

SAMUELS, D. As bases do petismo. **Opinião Pública**, Campinas, v.10, n. 2, p.221-241, fev. 2004.

SAMUELS, D. Sources of mass partisanship in Brazil. **Latin American Politics and Society**, Miami, v. 48, n.1, p. 1-27, jan. 2006.

SAMUELS, D.; ZUCCO, C. Lulismo, petismo and the future of Brazilian politics. **Journal of Politics in Latin America**, Hamburgo, v. 6, n. 3, p. 129-158, ago. 2014.

SAMUELS, D.; ZUCCO, C. **Partisans, antipartisans, and nonpartisans**: voting behavior in Brazil. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

SANTOS, J. A. F. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 27-45, 2005.

SANTOS, J. A. F. Posições de classe destituídas no Brasil. *In*: SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009. p. 463-478.

SARTORI, G. **Da sociologia da política à sociologia política**. *In*: LIPSET, S. M. (Org.). **Política e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos estudos**, São Paulo, n. 85, p. 83-102, fev. 2009.

291 SINGER, A. A segunda alma do partido dos trabalhadores. **Novos estudos-CEBRAP**, São Paulo, v. 1, n. 88, p. 89-111, dez. 2010.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VEIGA, L. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. **Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 340-365, fev. 2007.

VEIGA, L. F. O partidarismo no Brasil (2002/2010). **Opinião Pública**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 400-425, nov. 2011.

WEAKLIEM, D. L.; ADAMS, J. What do we mean by “Class Politics”? **Politics & Society**. v. 39, n. 4, 2011.

WRIGHT, E. O. **Class Counts**: comparative studies in class analysis; student edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

7. Anexo 1 – Apêndice Metodológico

Quadro 2 – Variável das classes sociais com os ativos educacionais

Classe Social		
Variável / Questão Original	Categorias / Escala (Originais)	Categorias (Recodificadas) para Classes Sociais
“Atualmente, você trabalha? (Se sim). Qual é a sua ocupação principal? (A partir da ocupação identificar a situação)	PEA: (1) Assalariado registrado (2) Assalariado sem registro (3) Funcionário Público (4) Autônomo regular (Paga ISS) (5) Profissional Liberal (Autônomo Universitário) (6) Empresário (7) Free-lance / Bico	Empresários e Profissionais Liberais: Empresário; Profissional Liberal (Autônomo Universitário); Autônomo Regular (Paga ISS) (Superior ou pós-graduação)
Se não, você só estuda, é aposentado, é dona-de-casa ou está desempregado? Se desempregado, está procurando emprego ou não?”	NÃO PEA: (11) Só dona de casa (12) Só aposentado (13) Só estudante (14) Só vive de rendas (15) Outros (ANOTE) (16) Desempregado (Não procura emprego) Não PEA	Classe Média: Assalariado Registrado (Superior ou Pós-Graduação); Funcionário Público (Médio Completo ou Superior)
Educação	Educação	Classe Trabalhadora: Assalariado Registrado (Até Superior Incompleto); Assalariado sem registro (Até Superior Incompleto); Funcionário Público (Até fundamental Completo)
“Até que ano da escola você estudou?”	(1) Analfabeto/ primário incompleto (2) Primário completo/ ginásial incompleto (3) Ginásial completo (4) Colegial incompleto (5) Colegial completo (6) Superior incompleto (7) Superior completo (8) Pós graduação	Autônomos e Destituídos: Autônomo Regular (sem ativo educacional); Free-Lance / Bico; Desempregado (PEA); Desempregado (Não PEA)

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do DataFolha (2002 a 2018).

Quadro 3 – Variáveis utilizadas na regressão

Variáveis Utilizadas na Regressão		
Variável / Questão Original	Categorias / Escala (Originais)	Categorias / Escalas (Recodificadas)
Classe (Ver quadro 2 neste apêndice)	-	-
Sexo	(1) Masculino (2) Feminino	Homem; Mulher

Escolaridade: Até que ano da escola você estudou?	(1) Analfabeto/ primário incompleto (2) Primário completo/ ginásial incompleto (3) Ginásial completo (4) Colegial incompleto (5) Colegial completo (6) Superior incompleto (7) Superior completo (8) Pós graduação	Ensino Fundamental; Ensino Médio Completo; Ensino Superior Completo
Idade	(1) 16 a 24 anos (2) 25 a 34 anos (3) 35 a 44 anos (4) 45 a 59 anos (5) 60 anos ou mais	-
Região: A cidade do entrevistado	Resposta espontânea	Cidades agregadas por região de acordo com a variável REGIÃO do DataFolha: Sudeste; Sul; Nordeste; Norte-Centro-Oeste;
Avaliação Governamental: Na sua opinião, o presidente (X) está fazendo um governo: (LEIA ATÉ A INTERROGAÇÃO)	(1) Ótimo (2) bom (3) regular (4) ruim ou (5) péssimo ? (99) não sabe	Negativo-Regular: péssimo, ruim, regular; Ótimo-bom: Ótimo, bom.

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do DataFolha (2002, 2010, 2015 e 2018).

Quadro 4 – Banco de dados do DataFolha utilizados para a análise do petismo e das classes sociais

Ano	Código	Data da Pesquisa
2002	2496	out/02
2003	2502	dez/03
2004	2508	ago/04
2005	2619	jan/05
2006	2549	out/06
2007	2557	nov/07
2008	3367	mar/08
2009	3280	dez/09
2010	3284	out/10
2012	3372	dez/12
2013	3925	out/13
2014	3864	out/14
2015	4412	nov/15
2016	4417	jul/16
2017	4421	abr/17
2018	4575	out/18

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do DataFolha.

Quadro 5 – Banco de dados do DataFolha utilizados para a regressão logística

Ano	Código	Data da Pesquisa
2002	2496	out/02
2010	3286	set/10
2015	4412	nov/15
2018	4572	ago/18

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do DataFolha (2002, 2010, 2015 e 2018).

**Is the petismo a class phenomenon?
Partisanship and Class Cleavages in
Brazil**

Marcos Felipe Rodrigues de Sousa
Gustavo César de Macêdo Ribeiro

Abstract: This article aims to understand the social bases of Workers' Party's partisanship (*petismo*) based on class analysis. Based on Datafolha polls, we produced a four-fold class - Entrepreneurs and Professionals; Service Class; Working class; Self-Employed and Precarious Workers. We analyzed the percentages of *petismo* within such groups during the 2002-2018 period. Comparing to the first year of the series, the numbers declined among all classes. Nevertheless, *petismo* was relatively lower amongst Entrepreneurs and Professionals and higher between the Working class and Self-Employed and Precarious Workers. We also produced logistic regression models that demonstrated the association between class and *petismo* in 2002 and 2018. Thus, we contributed to the literature on *petismo* with data on the class basis of this phenomenon, revealing the specificities of both the middle and working classes.

Keywords: Partisanship; Social Classes; PT; Petismo.

**¿Es el petismo un fenómeno de clase?
Partidismo y divisiones de clase en
Brasil**

Marcos Felipe Rodrigues de Sousa
Gustavo César de Macêdo Ribeiro

Resumen: Este artículo tiene como objetivo comprender las bases sociales de lo partidismo al Partido de los Trabajadores (*petismo*) a partir del análisis de clase. Basándonos en encuestas de Datafolha, produjimos una tipología compuesta por cuatro grupos clasistas: Emprendedores y Profesionales; Clase de servicio; Clase obrera; Trabajadores Autónomos y Precarios. Analizamos los porcentajes de *petismo* dentro de dichos grupos durante el período 2002-2018. En relación con el primer año de la serie, los números disminuyeron entre todas las clases. Sin embargo, el *petismo* fue relativamente menor entre los Emprendedores y Profesionales y mayor entre los Trabajadores y los Trabajadores Autónomos y Precarios. También produjimos modelos de regresión logística que demostraron la asociación entre clase y *petismo* en 2002 y 2018. Así, agregamos a la literatura sobre *petismo* datos sobre la adherencia clasista al fenómeno, revelando las especificidades tanto de la clase media como de la clase trabajadora.

Palabras clave: Partidismo; Classes Sociales; PT; Petismo.

Recebido em 23 de fevereiro de 2021
Aprovado em 29 de novembro de 2021